

# Mario Travassos e a geopolítica brasileira: tensões com a Argentina e preocupações com Imperialismos

José Alexandre Altahyde Hage <sup>1</sup>

## Resumo

Escrito na primeira parte dos anos 1930, sob o ensaio nacional-desenvolvimentista do governo Vargas, o livro *Projeção Continental do Brasil*, de Mário Travassos, procura alertar o poder brasileiro para três questões: a emergência de potências rivais e imperialistas, Argentina e Estados Unidos, a vulnerabilidade dos vizinhos sul-americanos, caso da Bolívia, e a falta de melhor organização nacional do Brasil em face dos desafios apontados. Assim, o objetivo deste artigo é analisar as preocupações de Travassos e saber até que ponto suas ideias foram concretizadas no decorrer do século XX.

**Palavras-Chave:** América do Sul; Geopolítica; Brasil.

## Mario Travassos y la geopolítica brasilena: tenciones con la Argentina y preocupaciones con Imperialismos

## Resumen

El libro *Proycción Continental de Brasil*, de Mario Travassos, escrito en la primera mitad de la década de 1930 bajo el desarrollo nacionalista del gobierno de Vargas, busca enfocar el poder brasileno bajo três cuestiones: la emergencia de las potencias rivales y imperialistas, Argentina y Estados Unidos; la vulnerabilidad de los vecinos sudamericanos, tales Bolívia y la falta de una mejor organización nacional de Brasil frente a los desafíos señalados. Es por ello que, el objetivo de este artículo, és analizar las preocupaciones de Travassos y reconocer hasta qué punto fueron realizados a lo largo del siglo XX.

**Palabras clave:** América del Sur; Geopolítica; Brasil.

<sup>1</sup> Doutor em Ciência Política pela UNICAMP e docente do Departamento de Relações Internacionais da UNIFESP, campus Osasco. Pesquisador do NACI-PUC-SP. Contato: [alexandrehage@hotmail.com](mailto:alexandrehage@hotmail.com)

## Introdução

A Bolívia pelo seu planalto, província de Santa Cruz de La Sierra, fora considerada por alguns precursores brasileiros da moderna geopolítica, o *heartland*<sup>2</sup> sul-americano. Em outras palavras, a “área pivô” na a qual se desdobrariam conflitos e disputas de influência entre os dois maiores países do subcontinente, Argentina e Brasil sobre seus vizinhos.

Para disputar e influenciar os Andes, bem como o Paraguai e Uruguai, Argentina e Brasil contariam com suas “áreas de manobra”, recursos geográficos, políticos e econômicos que apoiariam o impulso nacional dos mencionados países à projeção continental. No caso argentino, a manobra se daria pela vitalidade de Buenos Aires e seu porto fluvial.

No aspecto brasileiro, a manobra se encontraria nos imensos recursos naturais do Mato Grosso (de então) e suas ascendentes cidades estrategicamente localizadas para a projeção brasileira sobre a América do Sul. Corumbá, Ponta-Pora e Campo Grande montariam o triângulo de articulação com o qual o Estado brasileiro faria sua manobra de atração regional.

Utilizando conceitos da geopolítica tanto de Mackinder quanto de Ratzel, geógrafo alemão que sistematizou o ensino e pesquisa da geografia a partir dos anos 1870, o capitão do Exército brasileiro Mário Travassos escreve *Projeção Continental do Brasil*, para estudar não apenas as questões mais urgentes que o Estado brasileiro deveria compreender, mas, além disso, procurar superá-los por meio de coerente projeto nacional (TRAVASSOS, 1938).

É evidente que este livro não é o primeiro escrito sobre questões geográficas, e da geopolítica em si, no Brasil. Não há como ignorar trabalhos seminais de Oliveira Lima, de Silvio Romero, de Alberto Torres e outros. Contudo, o diferencial de Travassos em seu ensaio é a tentativa de adequar seus estudos sob os termos considerados “científicos”,

---

2 Grosso modo, na linguagem do geógrafo britânico Harold Mackinder *heartland* é o centro aglutinador no qual as grandes potências disputam influências. Em 1904, quando o autor lança seu texto *O Pivô Geográfico da História*, o ponto nervoso de sua análise era a região que permeia a Europa Oriental a caminho da Ásia Menor (Eurásia). Em virtude das riquezas dessa região o Estado que a dominasse teria grandes possibilidades de tomar o continente europeu. Na época, o autor preocupava-se com a ascensão do império russo, potência terrestre, contra o Reino Unido, potência marítima. Porventura, se a Rússia dominasse o *heartland* cairia toda a Europa, algo prejudicial ao poder britânico. Nossa interpretação advém artigo mencionado (MACKINDER, 2011).

que reconhece o fenômeno analisado como parte de leis impessoais e históricas.<sup>3</sup>

Publicado na primeira parte dos anos 1930 o livro chama atenção porque traz à baila conceitos de geopolítica e sua aplicabilidade para a reflexão política brasileira. Mais do que isso, o texto também procura ambientar os problemas de organização nacional e suas implicações com o jogo interamericano, desigual e preocupante para o Brasil.

Vale dizer, desigual pelo fato de a América servir de arena para a ascensão dos Estados Unidos e sua projeção, inicialmente, sobre as Antilhas e, depois, na área sul-americana, começando pelo canal do Panamá e Colômbia. O jogo também seria preocupante porque, além do poder norte-americano, haveria outro bem mais perto e nocivo à posição do país.

Tratava-se da República Argentina que, para o autor, desenvolvia coerente projeto geopolítico nas primeiras décadas do século XX. A projeção platina era simbolizada pelo seu aproveitamento dos recursos navegáveis da bacia do rio da Prata e pela ascensão logística por meio de caprichosa rede ferroviária que deveria ligar a parte meridional da América do Sul ao centro nervoso do Estado argentino, a rica província de Buenos Aires.

O debate enaltecido por Travassos era para que o poder brasileiro em voga, governo Getúlio Vargas, compreendesse a urgência de se instituir projeto político que tivesse duas preocupações. Primeira que houvesse esforços para integrar o território brasileiro da melhor forma possível, aproveitando seus recursos hídricos e econômicos, sobretudo em territórios considerados vulneráveis à atração portenha, como Foz do Iguaçu.

Segunda preocupação deveria ser encontrada no empenho que o Brasil deveria fazer para neutralizar a influência político-econômica da Argentina sobre os países menores da América do Sul, a princípio Bolívia. Mas por que Bolívia? É que a exemplo de Mackinder Travassos concebia o planalto boliviano como geograficamente contínuo ao estado de Mato Grosso. Leia-se Mato Grosso do Sul na atualidade, conformando o heartland sul-americano no qual quem o dominasse poderia tomar a América do Sul.

---

3 Sob a crítica das ciências sociais posteriores aos anos 1960 o trabalho de Travassos seria considerado positivista à medida que o autor acredita que fenômenos sociais e políticos obedecem a leis independentes da vontade humana (PONTES e MESSARI, 2005). Neste aspecto, sua compreensão da geografia não seria desprendida daquela apresentada por Ratzel, notadamente nos estudos sobre a Lei do Crescimento Espacial dos Estados. Eis a visão do Estado como corpo orgânico que nasce, evolui, luta e decai (RATZEL, 1991).

Assim, o embate entre Argentina e Brasil já estaria dado. Caberia saber quais seriam os instrumentos.

Por isso, o objetivo deste artigo é utilizar as reflexões de Travassos para saber quais foram as consequências de suas advertências e como seu plano pode ser visto na projeção brasileira, sobretudo nos anos 1970, dos governos Emilio Médici e Ernesto Geisel. Governos que apresentaram planos de articulação regional por meio de grandes obras. Este texto não tem a pretensão de esgotar o assunto. É apenas nossa contribuição para um debate que pensamos ser atual para os estudos de geopolítica e relações internacionais.

O artigo está dividido em três partes. A primeira é apresentação do problema da organização nacional. A parte dois se refere à situação brasileira em face do poder argentino e norte-americano. Já a parte três procura se concentrar nos desdobramentos das ideias sugeridas por Travassos, como a construção de infraestrutura de irradiação regional.

## **A Organização Nacional**

Na leitura de Travassos a vulnerabilidade pela qual o Brasil passa em algumas de suas áreas *lindeiras*, fronteiriças, como prefere o autor, não são divorciadas da maneira como se organiza o Estado, o poder político. Ainda que este artigo não seja propício para tal análise sobre o tema doméstico, há de se saber, mesmo breve, que o poder político no País não segue contínuo em seus propósitos durante a Independência, em 1822, até a Revolução de 1930.

Com a breve experiência de comando dos anos 1820, sob o reinado de dom Pedro I pela Constituição de 1824, o poder político no Brasil atravessou momentos tumultuosos no chamado período regencial, anos 1830, sob o qual houve riscos de desmembramento nacional em virtude de ações armadas localizadas, como a Guerra dos Farrapos de 1835. Não houve apenas a crise do sul, mas também aquelas existentes no norte e nordeste, como a Cabanagem.

Talvez o método mais urgente para o período em questão, para sanar lutas internas e desorganizadoras do espaço nacional, tenha sido a Maioridade de 1841, outorgando ao

menino dom Pedro II o papel de imperador do Brasil, politicamente inocente. Mesmo assim, na ótica de José Murilo de Carvalho, o II Império fora marcado pela estabilidade e pela centralização do poder do palácio de São Cristóvão (CARVALHO, 2007).

A obra centralizadora do Império, no quesito político, não tivera apenas a vontade do imperador, mas também deveria contar com a prática e visão realista de políticos considerados conservadores, cujo objetivo primordial seria a unidade nacional em detrimento dos regionalismos. Desta forma, emerge a figura de Bernardo de Vasconcelos como mentor da centralização de poder no Trono, mesmo que isso fosse “antipático”.

Na esteira de Vasconcelos seguiu o empenho do Marques do Paraná, nos anos 1850, cuja máxima era fazer com que o Império não ficasse ao gosto das vicissitudes dos partidos políticos. Eis o período da *Conciliação* em que o Estado teve condições de enfrentar problemas externos da maior gravidade. Citemos a luta de Juan Rosas para anexar os antigos territórios do Vice-Reinado do Prata ao poder portenho, caso do Uruguai e Paraguai. Mesmo no início do séc. XX esse objetivo permanecia:

Não há um só homem de estado argentino que não confesse que a suprema ambição do seu paiz é a reconstituição do antigo vice-reinado de Buenos Ayres, pela conquista do Paraguay e do Uruguay. Eis ahi a fraternidade Americana. (PRADO, 1971, p. 5-6).

Da mesma forma, é digna de nota a reação que o imperador teve frente à prepotência da Grã-Bretanha na *Questão Christie*, em 1862. A razão do contencioso fora suposto saque que embarcação mercantil britânica tivera em águas brasileiras, nas proximidades da cidade de Rio Grande-RS. Por causa disso, o diplomata Douglas Christie atribuía às autoridades nacionais responsabilidade pelo ocorrido. Pela negativa das autoridades, pois não havia provas cabíveis para a indenização, o agente diplomático se corresponde com Londres, alegando que o Brasil não fazia sua parte; que estava mancomunado com a pirataria. A altivez do imperador mesmo diante da ameaça de guerra pelo lado britânico resultou no rompimento diplomático entre Brasil e Reino Unido (CARVALHO, 2007). A questão seria arbitrada pelo rei belga com ganho de causa aos brasileiros.

É claro que a obra centralizadora do Império não era incólume a problemas nem tinha condições de resolver todos os impasses políticos, como dar conta das

particularidades de classe ou de setores profissionais, vide a Questão Militar dos anos 1870. No entanto, a alternativa na qual o País se vinculou deu traços de retrocesso no aspecto do poder central.

O advento da República, em 1889, não havia conseguido montar equilíbrio em que conservasse o poder central e, ao mesmo tempo, contemplasse os desejos das províncias, caso de São Paulo e Minas Gerais. O desdobramento daquele regime foi a descentralização do poder em que se deu a impressão de que os estados haviam ganhado projeção sobre a capital federal.<sup>4</sup>

O resultado dessa operação política é dual. De um lado houve mesmo perda de poder por parte da Presidência da República. Mas o paradoxo disso é que o mesmo poder diminuído procurara se recompor, ainda que fosse por meio de instrumentos contraproducentes e violentos. Sobre isso citemos a *Revolta da Armada*, de 1892, em que Floriano Peixoto quisera nivelar qualquer tipo de crítica contra seu governo, militar ou civil.

Não ignorando seu objetivo, necessário para a reconstrução do poder político, o saldo dessa operação foi dramático. Com relação ao sertão baiano o desfecho foi uma guerra civil, um que de crise civilizatória. Com referência à luta intraclasse, do Exército contra a Marinha de Guerra, o resultado foi o descrédito para Floriano (mesmo vitorioso), já que ele não havia titubeado em escalar forças internacionais para dobrar a Armada nacional - gente de moral duvidosa, como a Marinha dos Estados Unidos (RODRIGUES e SEITENFUS, 1995).

Aquele fora o período provisório em que a República necessitava de reafirmação para continuar existindo. Por isso, o *Marechal de Ferro* não vacilava na hora de enfrentar seus adversários de todo tipo. Sob o medo de reações monarquistas o governo havia enfrentado os jagunços de Canudos, na Bahia, e empastelado jornais, como o antigo *Jornal do Brasil*.

---

4 Um desses casos foi a política agrária. Ainda que imperfeita a Lei de Terras de 1850 procurava centralizar o entendimento sobre o assunto, impedindo, por exemplo, que houvesse compras de terras em áreas de fronteira e para empreendimentos estrangeiros. Já a Constituição de 1891 francamente outorga aos estados, fato delicado do Mato Grosso, o direito de legislar terras e atribuir aos particulares, vale dizer, a oligarquia estadual, possibilidades dela mesma demarcar e registrar em cartório suas próprias fazendas. Terras que, na maior parte, eram devolutas ou pertencentes à União. Ver Domingos Sávio (2009).

Ao entrar o século XX havia a percepção de que o poder brasileiro estaria desarticulado. Desta forma, haveria a necessidade de se criar novo regime para que a Primeira República não se solvesse por limites variados na organização do Estado nacional. O ponto em questão era a concorrência das elites políticas estaduais, notadamente a paulista e a mineira que se representavam pelos Partidos Republicanos Paulista e pelo Mineiro.

É justamente neste momento, de concorrência de poderes e falta de projeto ampliado para o Estado, que emergem críticas contra a situação ruínosa, política e econômica.<sup>5</sup> É também por essa época que começa a aparecer temores sobre a ascensão argentina na América do Sul, rival ao Brasil, e a escalada imperialista dos Estados Unidos – potência que substituiu a Grã-Bretanha nos negócios com o Brasil e rapidamente ganha vulto.

### **Rivalidade e Imperialismos**

Uma das vulnerabilidades do Brasil, nos primeiros anos do século XX, era a pouca penetração do Estado em todo o território nacional. Uma vez apelidado “país caranguejo”, por Gilberto Freyre, o Brasil se povoava a partir do litoral, “andava de lado”. Havia forte população nas capitais litorâneas, mas pouca povoação no interior, no sertão onde só existiam vazios e o convite para imperialismos de todo tipo; na época o europeu (FREYRE, 1987).

Povoar o Brasil tornara-se obra de suma importância para a segurança nacional. Dentre outros, coube ao marechal Rondon desbravar o Mato Grosso e integrá-lo ao centro nervoso do Estado brasileiro. Procurando levar infraestrutura de comunicação por meio do Exército o oficial se transformou em uma mística de civilizador e aventureiro (TODD, 2006).

---

<sup>5</sup> Aqui é necessário tecer alguns comentários. Evidentemente que a situação considerada crítica para a época não impediu a obtenção de grandes resultados diplomáticos. Lembremos-nos da atuação de Rio Branco frente à Argentina, Questão de Palmas, e com a França, na aquisição do atual estado do Amapá. Para Cervo e Bueno Rio Branco é fruto da competência do Império, de seus acompanhamentos junto a Buenos Aires e ao Uruguai. Foi justamente naquele tempo que o Brasil exerceu um tipo de hegemonia. Hegemonia que o País não exerceria mais, mas que lutaria para não permitir que outros o fizessem (CERVO e BUENO, 2011).

Em meio a outros motivos, a ocupação do Centro Oeste guardava razões geopolíticas porque, para Travassos, o território seria contíguo ao planalto boliviano e caminho aberto ao Paraguai.<sup>6</sup> E por que o Mato Grosso deveria receber tal preocupação? Pelo fato dele ser a área e manobra do heartland sul-americano, o coração do subcontinente em via de disputa pelos dois maiores Estados da região, Argentina e Brasil:

Quem quer que estude os aspectos essenciais da geografia sul-americana há de concluir que grande parte, senão a maior parte deles, vem culminar no planalto boliviano, que muito bem se pode considerar o centro geográfico de nossa massa continental, se admitirmos esses termos em sua mais simples acepção. (TRAVASSOS, 1938, p. 142).

Sob o prisma das disputas Travassos não deixa de reconhecer a competência argentina em projetar seu poder onde penetrasse a bacia do rio da Prata, artéria primordial para que Buenos Aires não só se integrasse com as províncias, mas também atrair os vizinhos mais fracos, como Bolívia, Paraguai e Uruguai e, posteriormente o Peru.

Os planos argentinos para maximizar sua presença na América do Sul são coerentes e bem feitos. Em princípio, o país não deve ignorar os benefícios naturais do seu próprio rio. O rio da Prata serve de escoamento e único contato internacional para vizinhos mediterrâneos, afastados dos oceanos pacífico e atlântico – a fatalidade paraguaia e boliviana.

Em outro nível, em complemento ao transporte fluvial, a Argentina constrói ferrovias com o intuito de ligar Paraguai, Bolívia, Uruguai e Chile diretamente ao território argentino, caso da região boliviana de Cochabamba, ou em complemento ao transporte fluvial – aqui sobressai o transporte que atualmente se chama intermodal, ligando Assunção a Buenos Aires:

O esquema que materializa o esforço ferroviário platino dá, por si mesmo, ideia do vulto econômico e político do sistema de comunicações do Prata. Não só deixa sentir, em toda sua expressão, o caráter concêntrico do sistema, como indica, desde logo, o grau de

---

6 A obra de Rio Branco para a integridade do território nacional se deu também em face dos perigos imperialistas sobre o Mato Grosso. Leia-se a penetração capitalista belga na área chamada Descalvados com o intuito de fazer a mesma coisa que o Rei Leopoldo II havia feito com o Congo na África: penetrar, desenvolver e reivindicar posse. Sobre essa questão pouco conhecida na universidade brasileira (SÁVIO, 2009).

sua repercussão sobre as redes circunvizinhas. (TRAVASSOS, 1938, p. 16).

O esquema de transporte argentino contribui para fazer que Paraguai e Bolívia se tornem clientes fluviais de Buenos Aires, tendo de pagar a esse centro tributo progressivo. Isto porque, em virtude de sua “mediterraneidade”, unidades políticas amputadas por guerras, não podem se furtar do único fluxo conveniente para a influência argentina.

Com efeito, esse aspecto geopolítico confere à Argentina papel preeminente na balança de poder regional sul-americana. Não havia dúvidas, reconhecido pelo próprio Travassos, que o Estado argentino havia adiantado sua construção de poder nacional bem antes dos demais vizinhos. A saber, boa rede ferroviária, estradas de rodagem, expressiva Armada, economia de alta produção de riquezas, avanço considerável na educação etc.

Mas não havia somente o fantasma do crescimento argentino a assombrar a geopolítica de Travassos; havia outro mais forte, mas relativamente acalmado pela distância, visto que o Brasil estaria fora de sua área de articulação. Os Estados Unidos começam a se expandir politicamente pelo Caribe, Antilhas, mas logo se fazem aparecer na América do Sul.

Fruto não somente de engenharia, mas também do expansionismo norte-americano o canal do Panamá e amostra de que Washington não deixaria de perturbar o equilíbrio regional. Para Travassos, os Estados Unidos teriam na Colômbia uma porta aberta para posteriormente penetrar na Bolívia e, por fim, adentrar na Amazônia, o que o Brasil temia.

A presença norte-americana na América do Sul se faria sentir, além da Colômbia, nos Andes em virtude da produção de borracha e de outros recursos naturais. Sendo assim, uma interpretação sobre a Guerra do Chaco, Bolívia e Paraguai, entre 1928 a 1932, ocorreu em virtude de promissoras jazidas de petróleo que se julgavam existir naquele território.

A guerra teria sido industriada pela petroleira norte-americana de propriedade da família Rockefeller, do mesmo fundador da *Standard Oil*, no século XIX. O que isso levava a crer é que os Estados Unidos haviam animado a luta entre Bolívia e Paraguai para melhor aproveitar a fraqueza dos dois “derrotados” e assim adquirir petróleo

(CHIAVENATO, 1980).

É interessante observar que Mackinder imaginava a América do Sul justamente como área de manobra para os Estados Unidos, em seus embates contra outros expansionismos como o alemão e o russo: “O desenvolvimento das vastas potencialidades da América do Sul pode ter uma influência decisiva sobre o sistema”. Isto em razão da iminente articulação russa em dominar o “coração continental” euroasiático e, partir disso, arregimentar forças contra o Ocidente (MACKINDER, 2011, p. 18). Conhecendo talvez a proposta do britânico Travassos a temesse como pressuposto imperialista.

Desta forma, caberia então ao poder brasileiro se desenvolver a contento. As tarefas seriam muitas, mas algumas primordiais e sem espera de tempo. A integração do território nacional seria uma delas, uma vez que havia sensação de divórcio entre as unidades federadas do País; sem comunicação e cooperação. Um Brasil voltado mais para o mar que para o interior:

E é tal a importância da posição geográfica de Mato Grosso, que só a partir do momento em que a política nacional a tiver assimilado completamente começara Mato Grosso a representar o papel que lhe compete no cenário brasileiro e, por isto, no tablado continental. (TRAVASSOS, 1938, p. 148).

Paralelo à tarefa acima deveria haver projetos nacionais de infraestrutura de projeção internacional, para justamente extrair Bolívia e Paraguai do raio de ação da Argentina. Em *Projeção Continental do Brasil* seu autor aponta a urgência de se construir malha ferroviária que ligasse o porto de Santos a Corumbá, agora Mato Grosso do Sul.

Também deveria o Brasil construir não somente ferrovias, mas estradas de rodagem que cortassem o Paraná, começando por Paranaguá e terminando em Foz do Iguaçu. A primeira obra atrairia a Bolívia para a Amazônia e para São Paulo, podendo sair pela vasta rede ferroviário-fluvial, como antiga Madeira-Mamoré, ou pelo litoral paulista.

No prefácio que Pandiá Calogeras faz para o livro de Travassos fica claro que se tratava de busca de projeto nacional, sem desconsiderar os limites e impasses da política brasileira. No decorrer do século XX o trabalho do capitão ganhou espaço nos pesquisadores de geopolítica e política externa brasileira. Ganhou também realização na

prática.

A partir dos anos 1950 foi grande o empenho brasileiro na construção de infraestrutura – e nos anos 1970 relevante também foi o esforço do poder brasileiro para fazer de tais obras pontos de atração geopolítica regional. Na terceira parte do artigo vamos compreender em que medida a geopolítica de Travassos ganhou corpo na política externa do País.

### **A Geopolítica após 1950**

A ditadura do Estado Novo sob o governo Vargas, em 1937, operou a centralização do poder no Executivo. Não ignorando as implicações políticas para a democracia e direitos individuais, já muito conhecidas, Getúlio promulga nova constituição, a Constituição de 1937, na qual eleva o poder político sobre temas até então pouco refletidos.

Por meio daquela Carta o Estado brasileiro teve condições de assegurar controle, ainda que fragmentado, sobre recursos naturais, a exemplo dos rios e do seu aproveitamento energético. Também conferiu maiores poderes para assegurar territórios brasileiros fronteiriços, de pouca penetração estatal, como os antigos territórios federais do Amapá e Roraima. A saber, territórios que deveriam ser administrados diretamente pelo poder central.

Havia um conjunto desses territórios considerados vulneráveis para a segurança nacional. Ponta-Pora, Iguaçu, Guaporé, Acre, Amapá e Roraima são áreas fronteiriças junto a países vistos por instáveis politicamente. Eram unidades resguardadas diretamente pelas Forças Armadas – portanto estratégicas. Com a Constituição de 1988 esses territórios se transformaram em estados autônomos, contando com os mesmos direitos dos demais. Atualmente Roraima tem ficado no foco das atenções em virtude de disputas entre variados grupos indígenas e agricultores, “brancos”, no qual os primeiros exigem que suas terras sejam contíguas em detrimento dos segundos.

De certa forma, tanto a Constituição de 37 quanto os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, demonstraram a importância de se substanciar projetos nacionais de desenvolvimento e segurança de modo amplo. Com a volta de Vargas em 1951 se passou

a repensar nas obras de infraestrutura de irradiação internacional, conforme pensara Travassos.

Concebida em 1938, pelo Tratado de Natal, mas interrompida pela guerra, a ferrovia Santos-Corumbá sai do papel com o intuito de ser o primeiro grande passo em direção à Bolívia. Uma vez construída, o passo posterior seria ligar Santa Cruz de la Sierra a Corumbá, atual Mato Grosso do Sul. Isto porque o ramal boliviano da ferrovia não deixaria de receber ajuda do Tesouro brasileiro por meio de empréstimos e outras facilidades (HAGE, 2007).

Nas formas institucionais, os anos 1950 marcam diferença também pelo fato de ter sido a década em que emerge a Escola Superior de Guerra. Nas dependências da ESG o Conselho de Segurança Nacional (CSN) se correspondia com a Presidência da República, auxiliando o Executivo sob o aspecto de segurança em face dos possíveis riscos. Seria a célebre junção do diplomata com o soldado, conforme a ilustração de Oliveiros Ferreira, para quem a palavra do diplomata só tem valor se for referendada pelo militar (FERREIRA, 2001).

Em 1958, no governo Juscelino Kubitschek, o Brasil tencionou fazer os Acordos de Roboré também com a Bolívia, o que daria dimensão estratégica ainda maior à ferrovia. Por esse acordo o vizinho andino venderia petróleo ao Brasil e seu transporte se daria pela ferrovia. Mas em virtude da oposição nacionalista boliviana a venda do energético não aconteceu. Já apareciam críticas apontando ser o Brasil o substituto da Argentina na busca de “enquadrar” politicamente aquele país, bem como o Paraguai e o Uruguai.

Na sequência de obras de infraestrutura, de valor geopolítico, os governos do período militar também adentraram nas preocupações que anteriormente se encontravam na obra de Travassos. A começar pelo governo Castelo Branco, em 1964, considerou-se amplamente o aproveitamento para fins energéticos da bacia do rio Paraná. Por esse meio, o Brasil teria reserva energética e ainda resolveria a questão fronteiriça de Foz.

Inaugurando essa perspectiva, Castelo passa para seu sucessor, Costa e Silva, a incumbência de “limpar o terreno” para a construção daquela que seria a maior usina hidrelétrica do mundo, Itaipu, à jusante do rio Paraná, na fronteira entre Paraguai e Brasil. Essa parceria entre Brasília e Assunção havia despertado fortes ressentimentos argentinos para os quais a usina de Itaipu seria o meio de anexar a República guarani ao

mais forte (CAUBET, 1991).

O segundo passo da geopolítica nacional para retirar o peso argentino do Paraguai foi a construção da rodovia federal 277, ligando o porto de Paranaguá a Foz de Iguaçu, na fronteira paraguaia. O intuito desse empreendimento seria justamente dar ao vizinho guarani uma alternativa ao porto de Buenos Aires, bem como recurso financeiro, uma vez que o Paraguai teria o direito de usufruir de sua quantidade de energia produzida em Itaipu.

Embora o assunto seja controverso, a década de 1970 foi o momento no qual a geopolítica brasileira havia alcançado grande dimensão. Para os críticos ao regime militar tal projeção geopolítica seria fruto de projetos expansionistas sobre a América do Sul, portanto análogos aos imperialismos das grandes potências, Estados Unidos. Para Shiguenoli Miyamoto os projetos em si, feitos pelo Brasil, tinham mais a ver com as necessidades internas de desenvolvimento e menos com intenções veladas de imperialismo:

Qualquer país, independente de seu tamanho, população e recursos naturais, preocupa-se com sua segurança. Na medida do possível, maximizam seus poderes, e estruturam políticas de defesa as mais adequadas possíveis, consoante suas necessidades e seus recursos. (MIYAMOTO, 2002, p. 25).

Quer dizer, construir a usina de Itaipu, a rodovia federal 277, a Zona Franca de Manaus etc., tinha ligação com projetos nacionais de desenvolvimento. Mas pela expressão desses empreendimentos era líquido e certo que irradiações geopolíticas teriam. Em síntese de tudo isso é clara a preocupação do poder brasileiro em trazer para o País o prato da balança do poder.

Por fim, em 1977, o governo Geisel aprova a separação do estado do Mato Grosso. A porção meridional, onde ficam os centros econômicos dinâmicos Campo Grande, Corumbá, Ponta Pora e Dourados, seria chamada Mato Grosso do Sul. Não há como saber se a divisão do antigo estado correspondia às sugestões de Travassos, considerando o contato estratégico que as mencionadas cidades têm com a vizinhança, ou se tratou de pressões de elites locais para fundamentar prestígios sociais e políticos.

Em todo caso, não deixou de combinar com antiga intenção da geopolítica brasileira de ver o Centro Oeste como meio de manobra para a integração nacional e para

a projeção sobre a América do Sul. Em parte, há como vislumbrar o papel de Travassos na inspiração de trabalhos que devem ser separados das querelas políticas e partidárias.

### Considerações Finais

A Bolívia fora importante para Travassos, com seu planalto *cruceno*, e voltaria a ser relevante para Golbery do Couto e Silva, autor de obra referencial no pensamento geopolítico brasileiro. Em *Geopolítica do Brasil* Golbery percebe o país andino da mesma forma que o capitão nos anos 1930: o heartland sul-americano, prolongando o Mato Grosso (COUTO e SILVA, 1981).

Adaptado aos anos 1950, quando Golbery concebe sua pesquisa, a região em comum entre Mato Grosso e oriente boliviano fora denominada “área continental de soldadura”, cuja função continuaria sendo a mesma da encontrada em *Projeção Continental do Brasil*. Mas havia um traço a mais no pensamento de Golbery. Desta vez a área de manobra não se limitaria somente no Oeste, mas deveria contar com o triângulo dinâmico da economia brasileira: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais – a industrialização.

Adaptando-se ao clima da Guerra Fria, o heartland sul-americano teria ainda outra utilidade. Contando com o suporte econômico e político do Brasil, o subcontinente seria possivelmente controlado pelo seu membro mais proeminente na grande missão de livrar o mundo ocidental cristão de ameaças externas, do Leste, muito perigosas para a democracia.

É importante salientar que Travassos via o expansionismo norte-americano como algo dado pela história; não haveria como escapar dele. Nos anos 1950, na luta contra o comunismo, Golbery não percebe os Estados Unidos como imperialistas, mas sim como forte líder, cuja parceria o Brasil não deve se ausentar (COUTO e SILVA, 1981).

No regime militar, em que a geopolítica fora um programa de política externa brasileira, a sorte política da Bolívia, Paraguai, Uruguai e demais não seria indiferente ao Brasil (MIYAMOTO, 2002). Pelo trabalho do CSN, o Palácio do Planalto deveria atentar às questões de fronteira, ainda mais em situação de instabilidade política e possíveis revoluções.

A vinculação entre a segurança e a diplomacia, sob o símbolo da geopolítica, marcou a posição brasileira na América do Sul como expansionista e fruto de um país com veleidade de grande potência. Historicamente, desde dom João VI no Brasil, o País carrega a pecha de rapineiro sobre os vizinhos mais fracos, notadamente os da bacia do Prata, como o Uruguai.

Uma das caixas de ressonância de tais queixas foi a Argentina das primeiras sete décadas do séc. XX. É fato que aquelas advertências portenhas não eram totalmente divorciadas de interesse político, uma vez que o grande vizinho platino também era possuidor de compacto projeto geopolítico e tendo como alvo de suas disputas o Brasil.

A partir de 1985, a crise do Estado brasileiro forçou o abandono relativo dos projetos de desenvolvimento nacional e projeção internacional.<sup>7</sup> Com altos custos da dívida externa, o País deixara de pesquisar a evolução do álcool combustível, da energia nuclear e outros itens. Paralelo à crise sul-americana Brasil e Argentina se aproximaram para unir forças e enfrentar na medida do possível os obstáculos produzidos nos hemisfério norte, como a globalização, e a desregulamentação da agricultura.

Por meio das questões acima passou a haver o sentimento de que a geopolítica havia perdido sua serventia, pois os aspectos estratégicos dos Estados haviam minguado. Essa posição aumentou ainda mais com o fim da Guerra Fria, em que havia quem imaginasse a geopolítica como capítulo do enfrentamento ideológico entre Washington e Moscou. E assim, não haveria mais por que pensar em estratégia, mas sim no mercado.

Por fim, o papel de Travassos foi observar contrapontos ao interesse brasileiro na América do Sul. Não há como atribuir ao capitão do Exército autoria de trabalho imperialista; a não ser como expressão de má-fé. Travassos fora autor de projeto de desenvolvimento (com licença desse termo), cujo desdobramento poderia ser o bem-estar nacional. Em outro diapasão, o que o Brasil deveria fazer não era se expandir, mas reagir contra expansionismos alheios que colocassem em risco a estabilidade nacional.

---

7 Foi abandono relativo por causa da dívida externa brasileira, mas mesmo assim houve o empenho para se preocupar com outros vetores da geopolítica, como a concepção do projeto Calha Norte e a resistência na indústria nacional de informática e do parque nacional de equipamentos militares, abandonados nos anos 1990. Para Cervo e Bueno esse abandono havia ocorrido pela posição subalterna que o País teve no sistema internacional do pós Guerra Fria, o que os autores denominam modelo de *Estado Normal* (CERVO e BUENO, 2011).

## Referências

- CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CAUBET, Christian. *As Grandes Manobras de Itaipu*. São Paulo: Acadêmica, 1991.
- CERVO, Amado Luiz. BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Edunb, 2011.
- CHIAVENATO, Julio José. *A Guerra do Chaco*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- COUTO e SILVA, Golbery do. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.
- FERREIRA, Oliveiros. *Crise da Política Externa: Renovação ou Submissão?* Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- FREYRE, Gilberto de Mello. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1987.
- HAGE, José Alexandre Altahyde. *Bolívia, Brasil e a Guerra do Gás*. Curitiba: Juruá, 2007.
- MACKINDER, Harold. “O Pivô Geográfico da História”. Tradução de Thiago Alberto Coloda e Bruna de Andrade. *In Revista de Geopolítica*, 2(2), 2012. Versão eletrônica encontrada em <http://www.revistageopolitica.com.br/ojs/ojs-2.2.3/index.php/rg/issue/view/6/showToc> Acesso em 20/05/2012.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. “Geopolítica do Brasil: Algumas Considerações”. *In Primeira Versão*, n. 102, Campinas, UNICAMP/IFCH, 2002.
- NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- RATZEL, Friedrich. “Lei do Crescimento Espacial dos Estados”. *In MORAES, Robert (Org.). Ratzel*. Col. Grandes Cientistas Sociais, Vol. 59. São Paulo: Ática, 1991.
- RODRIGUES, José Honório; SEITENFUS, Ricardo. *Uma História Diplomática do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- SÁVIO, Domingos. *Os Belgas na Fronteira Oeste do Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.
- TODD, Diacon. *Rondon*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- TRAVASSOS, Mário. *Projeção Continental do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

**Recebido em Julho de 2012.**

**Publicado em Janeiro de 2013.**